

# QUATRO INTERPRETAÇÕES SOBRE AS PROBLEMÁTICAS AGRÁRIAS BRASILEIRAS DURANTE O PERÍODO DE 1960 A 1980

Gabriel Quintanilha Kubrusly

Graduando em Ciências Sociais<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
gqkubrusly@gmail.com

## Resumo

O debate em torno da realidade agrícola brasileira durante um bom tempo esteve submetido a uma discussão sobre o “caráter” da revolução brasileira que deveria, no entendimento dos debatedores, se realizar. Nesta discussão, temos de um lado Alberto Passos Guimarães que afirmava ser necessário superar a herança feudal que ainda estava presente para fazer avançar as forças produtivas, enquanto do outro lado temos Caio Prado Junior afirmando que nossa economia sempre foi capitalista e que era necessária a conscientização e organização da classe trabalhadora rural a fim de se capacitarem para a luta por melhores condições de trabalho

Palavras-chave: capitalismo comercial, relações semi-feudais, questão agrária

## FOUR INTERPRETATIONS ABOUT THE BRAZILIAN AGRICULTURAL PROBLEMATIC DURING THE PERIOD OF 1960 TO 1980

### ABSTRACT

The debate about Brazilian agricultural reality has been submitted for a long time to the discussion around what was the “character” of the Brazilian revolution that had, in the view, to be installed. In this discussion, was, in one side, Alberto Passos Guimarães who affirms the necessity of overcoming the feudal inheritance that still persists; in order to promote the production forces, while on the other hand was Caio Prado Junior affirming that our economy has always been a capitalist one, and that it was necessary consciousness and organization of the rural working class in order to capacitate them to the struggle for better working conditions.

Keywords: comercial capitalism, semi-feudal relations, agrarian issues

---

<sup>1</sup> Trabalho elaborado para a disciplina de Economia Política II ministrada pelo professor José Roberto Novaes.

Introdução:

O presente trabalho tem como objetivo revisitar uma discussão que marcou profundamente a sociologia brasileira, e em especial a sociologia brasileira marxista. Não se trata, porém, de uma tentativa de trazer de forma anacrônica as questões que acometeram à época como fantasmas da revolução que se anunciava. O exercício de constante revisita aos clássicos das ciências sociais e humanas em geral é tarefa da maior importância e até mesmo elemento que nos distingue das ciências da natureza. Tendo isso em vista, abordaremos as teses de quatro autores. São eles: Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, José de Souza Martins e Florestan Fernandes.

Começaremos falando de como Caio Prado e Passos Guimarães entendem em suas particularidades de análise a questão do “atraso”. Devemos antes atentar a uma breve revisão de suas respectivas teorias acerca da realidade agrária brasileira. O primeiro, percebendo o “sentido da colonização” como sendo o da formação de um exclusivo comercial com a metrópole, que nos colocava diretamente inserido no sistema capitalista mercantil “global” (até certo ponto global, já que envolvia a Europa, a África, parte da Ásia e das Américas), enquanto o segundo, compreendendo a realidade social brasileira a partir de sua herança ibérica pré-capitalista que teria instalado aqui uma configuração relacional semelhante à que se desenvolvera durante o feudalismo europeu.

A interpretação de Caio Prado Junior e a de Passos Guimarães:

Caio Prado Júnior afirma que, diferente do sistema feudal, nossa realidade agrária é composta por grandes propriedades agro exportadoras. Já no sistema feudal, predominava os agrupamentos parcelares de pequenas e médias propriedades ocupadas e trabalhadas pelos camponeses. Criticando as idéias de Alberto Passos Guimarães e do partido comunista, o autor aponta como um erro supor que é possível uma aliança, tal qual ocorreu na Europa durante a crise do feudalismo, entre burguesia nacional e os camponeses, já que não havia um feudalismo para superar e, assim, não haveria interesses em comum entre estas classes. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Na visão de P. Guimarães, a realidade de características feudais, na qual se organizava estruturalmente a sociedade brasileira era um problema sério e precisava ser superada. Nossas instituições, moldadas na mentalidade feudal da fidalguia lusitana, sofriam transformações com o processo recente de urbanização e industrialização sem, porém, serem estas transformações acompanhadas pela estrutura social e produtiva rural que, permanecendo feudal, passa a representar um atraso para a superação mencionada anteriormente. Este atraso opunha-se a luta moderna pelo avanço das forças produtivas. Uma revolução burguesa através de uma aliança entre trabalhadores e burguesia nacional contra o capital imperialista seria imprescindível para fazer avançar o país no sentido da consolidação de uma sociedade capitalista. O que por sua vez seria crucial para colocar devidamente em oposição o capital de um lado e os trabalhadores do outro. Assim, o autor condena ao ostracismo político a luta dos trabalhadores rurais, considerando-a um atraso à evolução histórica.

Porém, quando a mão de obra escrava dá lugar ao trabalho assalariado, afirma Caio P.J., este trabalhador não pode tornar-se um “camponês” (no sentido europeu do termo), já que o ocupante real e verdadeiro proprietário (empresário rural) é o latifundiário para o qual o trabalhador rural é somente um empregado assalariado.

Para o “camponês” (da Europa feudal), ter liberdade de usar a terra é se tornar proprietário dela, um pequeno empresário rural. Porém, para o trabalhador rural brasileiro, esta hipótese não existe. Suas reivindicações são muito diferentes, são por melhores condições de trabalho e reivindicações salariais (pode-se então concluir uma falta explícita de harmonia e de interesse dos trabalhadores rurais para com a burguesia, que, por sua vez, também não se interessa pelas reivindicações trabalhistas ou a sindicalização organizada). As contradições na realidade agrária do Brasil, segundo o autor, são maiores no que diz respeito às condições de trabalho do que reivindicações de posse de terra propriamente ditas, e mesmo estas últimas que se manifestam nas lutas por reforma agrária, nada possuem de feudais, correspondendo antes a disputas concorrenciais entre “posseiros” (predominantemente agricultores na análise do

autor) e “grileiros” (predominantemente pecuaristas). As referidas “heranças feudais” são na verdade resquícios de relações de trabalho escravo, que nada mais é do que uma forma de obtenção extrema de mais-valia, através da maximização da exploração do trabalho. Uma situação de atraso que poderia ser remediada com a correta organização da luta dos trabalhadores rurais. Centrando esta luta onde possuísse maior potencial revolucionário. Não decorre daí, porém, haver qualquer coisa a que se possa chamar de feudalismo.

A ausência de investimentos em técnicas que aumentem a produtividade, também não indica um estágio feudal, porém, deve-se à ausência de “combatividade” do trabalhador rural que, desorganizado em sua luta, não provoca o aumento de custos (devido aos aumentos salariais) que forcem o capitalista a investir em produtividade a fim de suprimir os efeitos deste aumento de custos. As contradições relevantes que surgem no campo derivariam da precariedade das condições de trabalho, e não de reivindicações camponesas por terras. Desta forma, ele põe as lutas por terras, a exemplo das ligas camponesas, em segundo plano com relação às lutas por melhores salários e condições de trabalho. Não as desconsidera de todo, porém nega seu potencial revolucionário. O que está em questão aqui é identificar particularmente de onde advém o “atraso”, as contradições do sistema, que será identificado por Caio Prado nas “sobrevivências” da super exploração contida na lógica de produção com mão de obra escrava, próprias do capitalismo que se desenvolveu aqui.

Ao analisar os programas, reivindicatórios do PCB e de pensadores como P. Guimarães, ele enfatiza a falta de atenção às questões de reivindicação salarial no campo, devido ao equívoco destes em insistir na identificação de uma condição “semi-feudal” que os leva a dirigir sua luta para uma aliança de classes e reivindicação por posses de terra que não equivaleriam às preocupações e problemas factuais de nossa realidade.

As preocupações do partido evidenciariam, na visão de Caio Prado, o grau de descomprometimento deste para com uma análise consciente das nossas particularidades. Ao separar latifundiários de burgueses (afirmar que são classes distintas com interesses distintos) associa-se trabalhadores rurais, não à

classe dos trabalhadores assalariados, porém, aos interesses da burguesia, que assim representaria a superação do feudalismo representado pelos latifundiários. Porém, os interesses dos latifundiários não se opõem ao dos burgueses, já que suas atividades produtivas transcendem a esfera rural. O capital proveniente das elites rurais foi crucial para nosso processo de urbanização e industrialização, configurando uma situação onde burguesia rural e industrial possuem laços estreitos, e até mesmo se confundem.

Quanto ao conceito de “burguesia burocrática”, Caio Prado o expõem, identificando o surgimento de antagonismos dentro da burguesia, quando o Estado torna-se um impulsionador de atividades econômicas que se organizam entorno da administração pública, formando um setor híbrido de negócios públicos e privados combinados. O que, por sua vez, dá origem a setores privilegiados dentro da burguesia.

Com a centralização do Estado ocorrido no governo de Getúlio Vargas, e antes ainda com a proclamação da república, a administração pública ganha poder econômico sem precedentes, tornando-se um instrumento de acumulação privada de capital e dando origem a uma burguesia dependente da iniciativa pública, a “burguesia burocrática”. Este setor da burguesia pode possuir interesses conflitantes com os demais setores, na medida em que anseia por privilégios que os outros setores querem que sejam generalizados para a economia privada como um todo.

Surge uma problemática, a oposição entre trabalhadores e burgueses é bem nítida no caso das burguesias “mais ortodoxas”, porém, este contraste se torna menos evidente no caso do capitalismo burocrático, pois o Estado aparece aqui, como um representante dos interesses gerais do país, promovendo assim atitudes de aparente solidariedade para com os trabalhadores. Um “paternalismo” que redundava em pesados ônus para os demais setores da burguesia, sem lhes prover compensações, criando assim um conflito entre “liberalismo econômico” versus “intervencionismo estatal”.

A “solidariedade” do “capitalismo burocrático” com os trabalhadores produz uma identificação equivocada de que este seria a suposta burguesia

nacional progressista, necessária à teoria ortodoxa da revolução brasileira. Porém, este setor da burguesia é tão reacionário quanto os demais setores, o que torna essa identificação um disfarce que escamoteia os verdadeiros interesses por detrás dessa classe burguesa, levando o partido comunista, associado a esta classe burguesa, a retirar o apoio às lutas dos trabalhadores rurais, considerando-as um atraso para a aliança de classes por eles contraída.

A visão de José de S. Martins e a de Florestan Fernandes:

José de S. Martins discordará de ambas as posições, afirmando que a falta de representação político-partidária das lutas camponesas representa um grave problema, tanto para o processo de reforma agrária ora em curso, quanto para a luta geral do trabalho contra o capital.

Compreendendo bem a problemática que envolve a terminologia “camponês”, o autor busca delimitar precisamente o que entende pelo termo. Sendo uma categoria profundamente heterogênea, o que expressa a diversidade da realidade social brasileira, nada possui de semelhante ao camponês feudal europeu. Este estava “enraizado” a sua terra. Ao contrário, do que aqui se passou e do que ainda hoje se passa. Nosso camponês é um “desenraizado”, com diversas origens, porém com uma história de desterro semelhante. Ele é um peregrino, um posseiro. Faremos um detalhamento maior desta categoria à frente. Por ora basta dizermos que a utilização de tal categoria nada possui de irracional ou deslocada, correspondendo antes a uma forma precisa de designação da unificação das lutas por ele apontadas.

Com as políticas de incentivo fiscal adotadas pelo Estado após 1964, houve uma ampliação no processo de concentração de terras, que redundou em um acirramento conseqüente nos conflitos provenientes deste avanço do capital sobre a terra. Posseiros, arrendatários, foreiros, homens com uma história de desterro, de perambulações e migrações, se vêem despossuídos, desorganizados e hiper-explorados pela renda da terra. Não obstante, erguem luta e se defendem, mesmo com o aumento gradual da ausência de representatividade política a que estão submetidos.

Martins argumenta que não se pode compreender esta luta camponesa por terras como um atraso histórico, já que as contradições para as quais estas apontam derivam da própria expansão do capital que aqui se desenrola. Não são fruto de uma resistência a essa expansão como ocorreu no caso da Rússia. O fato de estarem, os centros urbanos e as localidades rurais, em momentos distintos de desenvolvimento capitalista, não indica de forma alguma oposição funcional entre eles. Pelo contrário. O desenvolvimento desigual do capitalismo, não permite uma oposição unitária, simples e direta entre trabalho e capital restrita ao âmbito urbano do proletariado. Este desenvolvimento desigual impõe várias lutas distintas, que correspondem às diferentes contradições promovidas por este tipo de desenvolvimento (desigual e combinado, como afirma Marx).

Por outro lado, respondendo a Caio P. J. , afirma que a luta do campesinato por terras não pode ser renegada a segundo plano, tendo sua posição na luta política indefinida. Estas lutas por terras apontam para contradições específicas de desterro de posseiros, foreiros e outros que mesmo não possuindo as características de enraizamento do camponês feudal europeu, buscam nesta luta, condições melhores de trabalho e vida, donde se conclui que estas lutas (por terras e por melhores condições) não poderiam se excluir mutuamente. Elas correspondem às contradições específicas nas quais surgem, representando, portanto, importantes focos na luta mais geral do trabalho contra o capital, e tem essa importância paulatinamente aumentada conforme se generaliza e cresce após 1964. No entanto, o ostracismo político ao qual foram renegadas estas lutas, graças à esquizofrenia doutrinária dos partidos e teóricos que se debruçaram sobre o problema, gerou um vazio de representações políticas, que dificulta a unificação destas lutas e seu conseqüente crescimento e desenvolvimento.

A luta por uma reforma agrária, até 1964, tem por base as problemáticas particulares de arrendatários, parceiros e foreiros, que, expulsos de suas terras, ou em condições de trabalho precárias e extorsivas, iniciam uma luta pela manutenção de suas propriedades, em alguns casos, e contra a super exploração da renda sobre a terra a que eram submetidos pelo poder que lhes

solapava de suas formas de vida, tornando-os desgarrados, explorados e miseráveis, em outros.

Após 1964, há um movimento de concentração de terras (uma formação de latifúndios como já mencionado) que redundava num agravamento dos problemas e das lutas que se generalizam, surgindo aqui a figura do posseiro. Em geral, há um movimento, apontado pelo autor, que se desenrola com um enredo similar. O camponês, expulso de suas terras, migra para uma região ainda relativamente inexplorada, uma “fronteira agrícola” formada pela abertura recente de uma estrada, ferrovia ou empresa de neo-colonização, estabelecendo-se ali como posseiro, apropriando-se de terras devolutas. Mas, da mesma forma que o camponês engendra este processo percebendo oportunidades nele, também as percebe o capital agro exportador que apoiado pelo poder do Estado, grila as terras dos camponeses que novamente se vêem despossuído e sendo obrigado mais uma vez a submeter-se à exploração da renda sobre a terra.

É, grosso modo, neste contexto que se desenrolam as principais lutas camponesas no Brasil, tendo como exemplos marcantes os casos de Contestado, de Teófilo Otoni (o demônio de Catulé), de Governador Valadares (a questão da reivindicação das terras da fazenda federal por parte dos camponeses), das ligas camponesas no nordeste, da região de Santa Fé, das lutas na região de Trombas e Formoso e da guerrilha de Porecatu, estas duas últimas tendo forte influência de militantes do partido comunista, que mais tarde na história das lutas camponesas deixarão de apoiá-las por considerá-las como atrasos para o desenvolvimento de uma revolução burguesa baseada em uma aliança de classes. Também incluiríamos nesta lista os casos de banditismo social (o cangaço) e o do povoado de Canudos (assim como Contestado este movimento se desenvolveu dentro de uma liderança messiânica, sendo acusados de monarquistas, tendo, no entanto, na reivindicação por terras seu caráter real), porém estes, talvez com particularidades ainda mais marcantes. Canudos em especial por sua maior ancestralidade, e ambos por terem em suas origens (incluindo aí também Contestado), o questionamento do poder de

coronéis.

Para compreendermos melhor o vazio de representação política que se configurou com relação às lutas camponesas, devemos nos deter brevemente no movimento político conhecido por “Manifesto de Agosto”, que delimita bem a evolução que teve as concepções do partido comunista acerca das lutas camponesas.

Em primeiro de agosto de 1950, o partido comunista lança o referido manifesto, estabelecendo os paradigmas teóricos e políticos que norteariam a luta contra o capital, a fim de alcançar uma revolução social. O sentido da ação política do partido seria o de: primeiro, romper a estrutura arcaica da economia semi-feudal marcada pelo monopólio da terra, e que impedia a ampliação do mercado interno e da indústria nacional. Segundo, construir um caminho revolucionário para um governo democrático e popular, sendo necessário o confisco de latifúndios para o assentamento de trabalhadores rurais, a abolição definitiva de formas semi-feudais (a meia, a terça, etc.) de trabalho, sendo estabelecida a obrigatoriedade do pagamento dos salários rurais em dinheiro.

Essa primeira versão do manifesto, a pesar de se chocar com algumas teses de Caio P. J. , é claramente favorável ao engajamento do partido nas lutas camponesas. Esse quadro, porém, se inverte paulatinamente com os desdobramentos e transformações que ocorrem no caminho revolucionário apontado pelo manifesto.

Em 1954, no IV congresso do partido, é acrescentado à resolução do manifesto o compromisso de não apoiar ou confiscar capitais de empresas brasileiras (o que parece um contra-senso, já que este mesmo capital é profundamente comprometido com interesses estrangeiros) a fim de configurar uma “frente única antiimperialista e anti-feudal”. É o nascimento propriamente dito de uma aliança de classes com a “burguesia nacional”, que viria a afastar gradativamente o partido das lutas rurais, concentrando sua atuação na luta do proletariado urbano, e gerando por fim, o vazio de representação política a que ficou submetida às lutas camponesas. Vazio este que permanece até os dias de hoje, sem ter representação partidária que lhe fortaleça ou legitime.

Abordaremos em seguida as idéias desenvolvidas por Florestan Fernandes em “Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil”.

Florestan começa o texto criticando as tendências simplificadoras onde a relação “rural” – “urbano” é vista por alguns como antagônicos através dos quais poderíamos explicar todas as contradições de nossa realidade social, ou, por outro lado, negando que esta relação seja relevante para o propósito pretendido. Para o autor, a relação entre estas duas estruturas sociais é importantíssima, porém, não são causas eficientes da lógica social em questão, sendo, porém, fruto do arranjo mais geral no qual se inserem estas esferas. Um efeito secundário e derivacional.

Outra tendência simplificadora diz respeito ao trato excessivamente livre que se dá ao conceito de capitalismo. O autor afirma que o capitalismo que se desenvolve no Brasil é tardio, não estando presente na organização social, política e econômica do antigo sistema colonial. Ele surge, seguindo uma das muitas tradições de leitores de “O Capital” de Karl Marx, com o trabalho livre. Posição esta que o coloca em desacordo com o entendimento de Caio Prado sobre a “natureza” do sistema capitalista. Florestan busca um rigor no trato do conceito na tentativa de não permitir que ele perca sua serventia sociológica, caso se torne “elástico” demais. Percebe-se, porém, que o autor entende que a imprecisão do termo não implica na necessidade de recorrer ao conceito de “feudalismo” ou de “relações semi-feudais”. Na constatação de que um conceito amplamente utilizado não cumpre de forma satisfatória a representação da parcela da realidade que se pretende lançar luz sobre não devemos nos precipitar em eleger o “oposto relacional” deste conceito como substituto. E a razão disso é que quando um conceito se mostra “saturado”, esta condição é em geral consequência da necessidade de se reformular os termos sobre os quais o debate se desenvolve.

O “capitalismo tardio” (é o conceito que o autor pretende introduzir) em desenvolvimento aqui encontra-se em fase de espoliação da economia agrária. Esta se encontra na condição de propiciadora de sua expansão, e ao mesmo

tempo, na de raiz de sua dependência.

Diferente das economias centrais, as periféricas são suas caudatárias. Suas dependentes funcionais. Porém essa dependência é mútua, já que para garantirem a expansão de suas economias, os países centrais contam com a espoliação das economias agrícolas dos países periféricos. É esse círculo de dependências que interessa a investigação do autor. Chegaremos lá.

Graças à dominação ideológica exercida pelas economias centrais sobre as economias dependentes, e a estrutura do capitalismo destas últimas, não há, nestas, liberdade para os agentes econômicos (se comparado à aquelas). A margem de auto-realização destes agentes só existe dentro das possibilidades das relações de dependência na qual se insere. A institucionalização de tais relações de dependência passa assim a ser "*conditio sine qua non*" do crescimento econômico destes países e desses agentes.

Com as transformações causadas pela expansão do capitalismo que, no entanto, não forma um mercado interno consistente, gera-se uma vinculação de dependência "para dentro" do mesmo tipo da vigente "para fora". Uma condição de "colonialismo interno" que a despeito das transformações estruturais da sociedade e da economia, reforça os laços de dependência ao invés de superá-los, dando à economia um caráter heterônomo. Drenam-se os excedentes econômicos das economias agrárias para as economias urbano-comerciais ou industriais, à custa do constrangimento das mesmas.

Assim, as riquezas produzidas no campo, não se tornam benefícios e desenvolvimento social e cultural no próprio campo. Porém as ideologias dominantes fazem essas distorções passarem-se por condições naturais, inexoráveis e compensadoras, o que reforça ainda mais a dependência que se constrói dentro desta lógica. Os agentes econômicos que são privilegiados por esta dinâmica, passam a depender do excedente agrícola para promover o crescimento da "grande cidade", de onde este excedente é enviado para fora do país. Três fatores são apontados para esclarecer melhor o "solapamento" da economia agrária. O primeiro deles diz respeito à constante negligência da potencialidade e do volume do mercado interno, sempre preterido aos mercados

externos. O segundo fator versa sobre a condição de miséria que o trabalhador rural é submetido, fruto da mercantilização da economia rural que deprimi ainda mais a tentativa de se consolidar um mercado interno. O terceiro ponto, que é antes uma consideração dos dois anteriores, reafirma a atrofia da capacidade de desenvolvimento pleno do capitalismo no campo.

Em seguida, o autor inicia um novo item dando prosseguimento à discussão. A economia agrária submete-se assim a uma dupla espoliação, servindo de base para o enriquecimento, tanto das economias centrais como para as economias dos centros urbano-comerciais. Três erros de interpretação derivam deste processo. O primeiro é considerar a estrutura da economia agrária uma situação de atraso como faz Passos Guimarães. Para Florestan, este não é o caso, já que ela responde pelas necessidades atuais de obtenção de excedentes econômicos como já explicitado. O segundo erro é considerar que o problema se resume a uma situação de polaridade e confronto entre “campo” e “cidade”, sendo, porém, o arranjo estrutural em que se inscreve tal relação, profundamente complexo, cheio de nuances e interdependências. O terceiro erro, que não se trata propriamente de um erro, porém, novamente, de uma consideração, diz que o caráter dependente de nossa economia, impede um efeito “auto-propelidor” da mesma a partir de uma lógica própria e interna. Assim, a dominação da cidade sobre o campo se dá como resposta à dependência externa, e não como resultado de uma oposição interna polarizada.

Em uma análise de influências sócio-econômicas da economia agrária, o autor assinala que sem ter outra fonte de riquezas, o país depende da economia agrária como meio para acumulação originária de capital e formação das cidades e indústrias assim como para a reprodução de sua vida social. Constituindo assim as bases para a formação de um mercado capitalista moderno, com mão de obra assalariada, necessitando, porém, da renda expropriada dos trabalhadores rurais que ficam em condição de pauperismo e trabalho semi-livre. Esta seria uma influência direta.

A segunda influência destacada é indireta, e diz respeito à transição de uma mentalidade “entesouradora” para, com a expansão da economia urbano-

comercial e reorganização do mercado, a formação de uma base psicossocial tipicamente orientada para “ganhar mais e mais dinheiro”. Essa nova mentalidade (uma forte influência Weberiana nesta parte da análise em especial da “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”) psicossocial é a “conexão”, a “mola” que permite a passagem de uma economia mercantil para uma economia burguesa. E essa “revolução burguesa” deve-se, como já explicitado, ao capital agrícola. Ou melhor, da conjunção de fatores psicossociais e infra-estruturares numa dinâmica recursiva. Esta nova mentalidade é tanto causada pelo processo como um todo, quanto causadora dele. Porém, sem ela o processo estagnaria.

Essa mudança de mentalidades não se opera de um momento para o outro. **Os agentes burgueses dessa revolução em curso provém** das economias agrárias onde predominam formas tradicionais de mentalidade e estratificação social. Esta estratificação, por sua vez, determinada pela extração de excedentes combinada com o alto grau de dinamismo que a caracteriza, produzindo três categorias de indivíduos. Os agentes econômicos privilegiados. Os agentes econômicos semi-livres ou livres que tenham dinamismo e capacidade de formar alguma poupança. E os semi-assalariados e assalariados que vendem sua força de trabalho para sobreviverem, sendo estes muito pobres.

Porém, colocando fora deste sistema de classificação, Florestan identifica 60% da população “condenados pelo sistema”, e inclassificáveis de tão terríveis as condições em que se encontram. Deles provém um excedente imenso do qual não participam de forma alguma de seu benefício.

Proveniente de uma resistência sociopática às mudanças sociais de caráter distributivo, o dilema do agravamento nas discrepâncias da estratificação social se generaliza mantendo imenso contingente de indivíduos dissociados da ordem social competitiva. É como se o desenvolvimento capitalista só ocorresse em algumas áreas isoladas do país, às custas dos explorados que mantêm as condições de possibilidade para a expansão da economia destas áreas. Surgem tensões provenientes desta discrepância, que não podem, desta vez, graças à estrutura capitalista que as engendram, serem superadas dentro do próprio

capitalismo.

Somente uma crise na economia agrária e uma conseqüente reorganização proveniente desta crise, poderiam dar a essas camadas mais exploradas e miseráveis a esperança de conseguirem lugar mais digno. Porém, encontramos uma ordem social competitiva com setores privilegiados que usufruem desta ordem institucionalizada para obter “privilégios competitivos” a fim de manter deliberadamente as populações marginalizadas excluídas da participação dos benefícios sociais.

Neste quadro de tensões, duas lutas se afiguram e precisam ser administradas pelo estado a fim de “preservar a paz” e “acelerar o desenvolvimento”. A luta dos miseráveis e a dos privilegiados do setor agrícola. Aqueles sem representação ou força política, enquanto estes competem entre si para manter privilégios e benefícios sociais, impedindo assim, com essa resistência sociopática, classista e particularista, a “democratização” do acesso aos benefícios sociais. Assim como acaba com a potencialidade de uma “reforma agrária” e da formação de um capitalismo “maduro”.

Dois pontos relevantes são aferidos destas considerações. O primeiro deles é que a “modernização” não é por si mesma um fator de superação das iniquidades sócio econômicas, culturais e políticas. Podendo ocorrer sem afetar a concentração da renda ou do poder e ser manipulada pelos setores privilegiados do meio rural para incrementar as desigualdades. O segundo ponto afirma que as formas extremas de desigualdades são condição *“se ne qua non”* para a viabilidade das economias agrárias. Forma-se um círculo vicioso ao qual as economias agrárias precisam, para superar esta condição, de uma “revolução dentro da ordem” ou de uma “revolução contra a ordem”. O autor considera apenas esta última de fato revolucionada, porém ambas necessitam como ponto de partida uma “revolução agrícola”. Rompendo com a dependência interna e externa do campo, e por fim, superando sua condição de dependência como um todo. Enquanto a economia for dependente a modernização não implicará a integração do mercado interno ou a generalização dos benefícios gerados por essa modernização (uma crítica à teoria da convergência de T. Parsons).

Considerações finais:

Tendo por objetivo revisitar uma discussão que marcou profundamente a sociologia brasileira, não caberia aqui uma conclusão propriamente dita. Como já dito no início do texto, a finalidade aqui é a de revisitar o pensamento dos autores considerados sem a pretensão de extrair deles uma atualidade revolucionária. Tão pouco existe aqui também a pretensão de excluir tal possibilidade. A maneira como resignificamos pensamentos clássicos está sempre sujeita ao contexto de uma época e a subjetividade de quem o interpreta.

Referências:

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 4ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981, pp.190-211.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

GUIMARÃES, A. P. Quatro Séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ªed. 1981.

MARTINS, J. S. Os Camponeses e a Política no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 5ª ed., 1995.

PRADO Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 7ª ed. 2000.

PRADO Jr., C. A Formação do Brasil Contemporânea. São Paulo: Brasiliense, 24ª ed. 1996.